

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ex.mos. Sócios,

Em reunião convocada, nos termos do nº 1 do artº 19º dos Estatutos da Associação OBRA SOCIAL PADRE MIGUEL, reuniram os membros do Conselho Fiscal da Associação, tendo em vista a apreciação do relatório e contas de gerência.

No cumprimento do artº 46º e da alínea b) do nº 1 do art 45º, dos Estatutos da Associação, vem este Conselho submeter à apreciação da Assembleia Geral de Sócios o parecer sobre o Relatório e Contas.

O Conselho Fiscal procedeu à análise exaustiva da informação financeira produzida relativa ao exercício de 2015, através dos balancetes, extractos de contas correntes e mapas anexos, bem como à confirmação dos saldos bancários e caixa

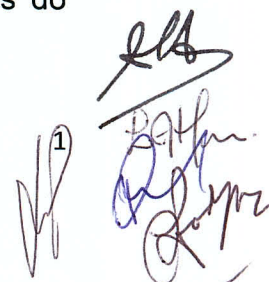
Uma vez que 2016 foi ano de eleições na nossa Associação, não se mostrou viável o acompanhamento ao longo do ano da actividade desenvolvida pela Direção, mas apenas observar o esforço e a dedicação da atual Direção e da equipa responsável pela elaboração e apresentação das peças contabilísticas que hoje se submetem a julgamento.

Não obstante, o Conselho Fiscal está convicto do rigor exercido na contabilização de todas as despesas e receitas inerentes ao funcionamento das várias valências.

O Conselho Fiscal analisou também o anexo ao Relatório e Contas apresentado pela Direção, o qual se verifica estar de acordo com o “Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras” e as “Principais Políticas Contabilísticas” aplicáveis às entidades do sector não lucrativo.

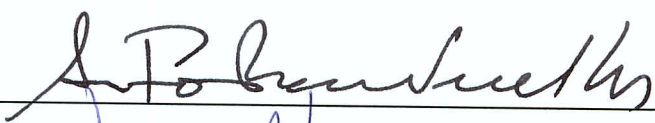
Assim, somos de parecer que deve esta Assembleia Geral aprovar o Relatório e Contas de 2015, uma vez que:

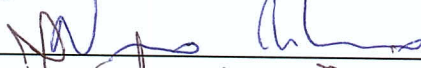
1. Se verificou o cumprimento da lei, dos estatutos e dos regulamentos.
2. O Relatório e Contas evidencia de forma clara e explícita como estão relevados os movimentos contabilísticos, e obedece ao prescrito no artº 28º dos Estatutos da Associação, uma vez que se encontra elaborado em obediência ao Regime da Normalização Contabilística para as entidades do

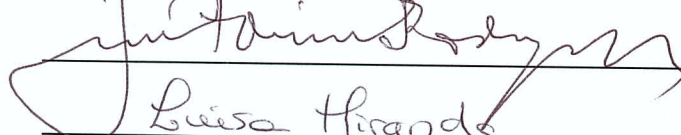


sector não lucrativo, e foi aprovado pelos respectivos órgãos nos termos estatutários.

Bragança, 7 de março de 2016







Luísa Hirande

José António Lopes Pereira

